

A (DES)ORDEM MUNDIAL, OS NOVOS BLOCOS DE PODER E O SENTIDO DA CRISE

Rogério Haesbaert *

"Estamos diante de um novo ciclo do capitalismo como sistema mundial. (...) Surge uma nova distribuição de poder no mundo" (Francisco WEFFORT, Lua Nova nº 18, 1989)

"A Nova Desordem Mundial" (título de suplemento publicado em jornais de 14 países no final de 1990).

"Guerra do Golfo é a primeira crise da nova ordem internacional" (Emir SADER, Jornal do Brasil, 20.01.91).

"A lógica da Guerra Fria ainda impera" (W. MEAD, Jornal do Brasil, 24.2.91)

"Para Chomski, 'nova ordem' é igual à velha" (Folha de São Paulo, 3.3.91)

"França tenta articular cúpula para a 'nova ordem mundial'" (Folha de São Paulo, 16.03.91)

"Galbraith questiona 'nova ordem' mundial" (Folha de São Paulo, 24.03.91).

Quem está com a razão? Instaurou-se de fato uma nova ordem internacional? Estamos numa fase indefinida, de crise e "desordem" mais do que de uma ordem mundial com novos blocos de poder já estruturados? Ou a propalada nova ordem é simplesmente uma nova versão da "velha" ordem?

Tentarei neste artigo levantar empiricamente o que de fato é "novo" na ordem mundial que se estabelece neste final de século e o que é "velho", e que regionalização do mundo é possível conceber tomando como referência o conceito de bloco de poder. Não questiono o fato de que tanta dúvida se deve fundamentalmente à situação de CRISE vivenciada no mundo contemporâneo, e nortearé estas reflexões tanto pela idéia de Gramsci, que vê a crise como um momento em que "o velho está morrendo e o novo ainda não conseguiu nascer" (mas qual velho está morrendo e, portanto, onde o novo

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF-
Niterói e doutorando do Depto. de Geografia da USP - São Paulo.

pode estar surgindo?), quanto pela conotação chinesa que designa crise como "wei-ji", "perigo" e "oportunidade" ao mesmo tempo.

Algumas evidências, já de saída, podem nos levar com certa facilidade à conclusão de que pouca coisa mudou, pelo menos num sentido positivo, pois:

- a degradação social (miséria) e ambiental crescem assustadoramente e talvez em toda a história da humanidade a desigualdade sócio-econômica nunca tenha atingido índices tão dramáticos;
- a hegemonia, o poder político-militar, se concentra ainda mais, ao ponto do recente conflito do Golfo Pérsico ter trazido à tona o fato inquestionável de que os Estados Unidos nunca estiveram tão sozinhos como agora no controle político-militar do planeta e com uma "esfera de influência" que pela primeira vez se estende praticamente por toda a superfície da Terra, como era almejado desde a 2ª Grande Guerra;
- a concentração do poderio militar se dá paralelamente à concentração dos novos indicadores de poder: a tecnologia, cada vez mais controlada pelos países centrais, e a informação, cada vez mais centralizada numa meia dúzia de grandes corporações empresariais;
- as questões regionais/nacionais, a segregação social, étnica e os fundamentalismos religiosos continuam se difundindo, apesar da globalização que tenta integrar o mundo inteiro numa mesma rede hierarquizada;
- velhas problemáticas como a questão ambiental, o narcotráfico e as migrações internacionais não arrefecem, mas se agudizam.

Onde estaria, então, a NOVA ordem?

Antes de aprofundar essa discussão é importante fazer um comentário sobre de que ORDEM estamos falando, pois não existe tanto consenso na definição do conceito de ORDEM INTERNACIONAL. Aproveitarei para discutir outros conceitos, fundamentais para nossa tentativa de entender a nova regionalização do mundo contemporâneo: divisão internacional do trabalho e blocos internacionais de poder.

¹Nesse aspecto, é claro, estabeleceu-se novas bases para o capitalismo mundial, ao ponto de autores como Milton SANTOS (1980) denominarem esse novo espaço de "meio técnico-científico" ver, também, artigo neste número e Felix GUATTARI de "Capitalismo Mundial Integrado" (CMI), onde o núcleo de poder passa "das estruturas de produção de bens e serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade" (GUATTARI, 1990:31), para o que o controle da mídia é fundamental.

DOS CONCEITOS E DO MÉTODO

A Geografia e as Ciências Sociais como um todo têm usado e abusado desses conceitos: poder, ordem internacional, divisão internacional do trabalho (DIT). Este último, principalmente, parece "pau pra toda obra", pois é um dos recursos mais utilizados em sala de aula: apelar para a divisão social (e territorial) do trabalho resolve qualquer problema e automaticamente coloca o professor em sintonia com a "geografia crítica" (como se a DIT tivesse sido "descoberta" pelo marxismo). Livros didáticos, excetuando-se três ou quatro, compõem verdadeiras pérolas do (desconhecimento ao explicarem muitos fenômenos, complexos e dinâmicos, sob o prisma de uma DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO simplista e inerte, como se tudo estivesse previamente definido de cima para baixo no grande tabuleiro de xadrez capitalista, plenamente previsível e mecanicamente articulado.

O Poder e a Ordem

A partir do momento em que encaramos PODER como RELAÇÃO e não como COISA ("objeto" de apropriação que uns têm e outros não), verificamos que o poder de estabelecer uma determinada divisão internacional do trabalho não é uma via de mão única, que segue apenas do dominante (ou dessa figura ultra-genérica chamada grande capital) para o dominado, sem o menor retorno, a menor dialética, num movimento mecânico, unilateral, fácil de transmitir na teoria mas difícil de ser verificado (na prática).

Na discussão, por exemplo, do razoável sucesso no crescimento econômico dos chamados tigres asiáticos, a resposta vem logo à tona, num belo reducionismo: eles "se desenvolveram" (?) porque, na divisão internacional do trabalho dirigida pelo grande capital japonês, foi-lhes destinado um papel intermediário na economia asiática, para onde se deslocaram indústrias em declínio no Japão. Como se uma DIT, imposta a partir do "centro", definisse tudo o que as "periferias" vão fazer. Difícil explicar, neste caso, porque alguns setores da indústria sul-coreana começam a competir com indústrias japonesas do comércio internacional e mesmo a investir em países do Sudeste asiático, como a Tailândia. Como é que o capitalismo japonês "permitiu" ou "lhes concedeu" este papel?

Não, o *poder* não pode ser definido simplesmente como coisa, que tem um lugar claramente definido para se localizar. O poder é antes de tudo uma relação (assimétrica, é verdade, mas uma relação) e portanto só existe na conjunção entre "dominados" e "dominantes", "opressores" e "oprimidos". Assim como um país ou Estado não oprime outro, mas sim uma classe ou um grupo social, também a classe ou o grupo oprimido não é simplesmente

a despossuída, a destituída de poder que se submete à exploração do dominante sem (re)produzir/participar das mesmas *relações* de poder, ainda que no seu restrito círculo cotidiano. A verdade é que hoje não há mais lugar para raciocínios duais, dicotômicos, simplistas, tipo bandido e mocinho, herói e vilão, "burguesia e proletariado". A sociedade é muito mais complexa e as relações de poder muito mais difundidas do que esses dualismos fazem crer.

Se o poder tivesse nos "poderosos" um lugar perfeitamente definido, e se os "sem poder" não se espelhassem quase sempre no mesmo modelo e nas mesmas táticas dos dominantes para resistir, bastaria trocá-los de lugar para mudar radicalmente a sociedade. Vide o resultado, bem conhecido, das "revoluções pelo alto" que, sem mexerem de fato na mentalidade/subjetividade, no cotidiano dos oprimidos, simplesmente tentou colocá-los no lugar dos opressores, um prato feito para novas ditaduras e novas formas de opressão.

Mas não nos afastemos muito da "nova ordem". Essa discussão sobre poder e sobre *divisão* (sempre unilateral, pois só há divisão do todo para a parte, nunca, dialeticamente, concomitantemente, nos dois sentidos) vincula-se amplamente à idéia de ORDEM. Para haver uma ordem deve haver uma (re)ordenação, e na ação de (re)ordenar há um controle e, portanto, uma firme relação de poder, inclusive sobre o território. Além disso, uma nova ordem mundial deve significar uma nova divisão internacional do trabalho, novos papéis às parcelas que compõem a sociedade à escala planetária. Mas que *parcelas* são estas e como podemos identificá-las?

Muitos autores simplificam a noção de ordem internacional associando-a apenas à sua dimensão político-militar, onde os grandes mentores dessa ordenação seriam as grandes organizações políticas - como a OTAN e o Pacto de Varsóvia na "nova" ordem internacional instituída após a 2ª Grande Guerra - e seus respectivos *blocos de poder*, no caso, os conhecidos blocos capitalista e "socialista". Surge aí, então, um outro conceito tradicionalmente vinculado à esfera política: bloco de poder internacional.

Os *blocos internacionais de poder* seriam as "regiões" desse todo denominado ordem internacional. Aqui devemos abrir uma outra discussão sobre *divisão e agrupamento*, os dois métodos básicos de REGIONALIZAÇÃO e sua relação com as noções de divisão internacional do trabalho e bloco internacional de poder.

Os Métodos de Regionalização

Na divisão mais simplista do que significa um processo de regionalização, de identificação ou de construção de regiões, temos que regionalizar é encontrar partes num conjunto ou num todo, o que pode se dar basicamen-

te por duas vias: um *agrupamento* de partes menores em parcelas mais amplas, mas menores que o todo (por exemplo: região como agrupamento de estados brasileiros - o Sul, o Nordeste); uma *divisão* do conjunto, do todo, em partes menores (ex.: as regiões do mundo estabelecidas a partir da divisão internacional do trabalho definida pelos centros do capitalismo). É claro que são os critérios adotados para dividir ou agrupar, em termos de questões ou "fatores" fundamentais a serem priorizados para indicar os limites regionais (sempre dinâmicos), que definem a qualidade da nossa regionalização. Não se trata de um simples problema de método (para definir limites) mas de questões voltadas mais para o "conteúdo" do que à "forma" da regionalização, considerando a *complexidade* da formação de regiões, enquanto espaços relativamente específicos dentro de uma determinada escala de análise.

Nesse sentido muito genérico e simplificador da região como parte de um todo, múltiplas são as escalas em que é possível regionalizar - podemos encontrar regiões desde a escala intra-urbana (como as zonas Sul e Norte cariocas) até a escala mundial (como os velhos continentes da geografia tradicional). Assim, um bloco internacional de poder poderia ser encarado como uma região à escala internacional. Como em um outro trabalho (HAESBAERT, 1988)² restringi bastante a amplitude sócio-geográfica do conceito de região, usarei adiante apenas a concepção de bloco de poder.

A importância dos métodos de regionalização por agrupamento *ou* por divisão acaba se tornando maior quando os associamos à questão do todo e das partes, do geral e do particular. Priorizar o todo - o que ocorre no processo de divisão, que vai do todo às partes - implica um método teórico-dedutivo, enquanto que priorizar a parte - no caso do agrupamento - leva a um método empírico-indutivo. Se quisermos de fato assumir uma perspectiva dialética de conhecimento será imprescindível reconhecer, no mínimo, que ambos os processos são limitados e que a realidade só pode ser entendida quando a reconhecemos numa dinâmica de mão dupla (embora desigual): tanto do todo para a parte (ou, numa outra abordagem, do geral para o particular) quanto da parte para o todo. Alguns racional-idealistas defenderiam a primeira perspectiva, enaltecendo o geral, a teoria, e impondo-a sobre as especificidades, enquanto muitos materialistas empíricos tomariam por base a segunda, priorizando a singularidade ou as particularidades no entendimento do mundo.

²Nesse trabalho propus região como "um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco 'regional' de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução" (op. cit., p. 25).

As Regionalizações Tradicionais

Na geografia mais tradicional, ainda carregada de um empirismo descritivo e um certo determinismo físico, a *divisão* do mundo em "regiões" era feita pela simples divisão entre águas e terras, configurando então os famosos CONTINENTES fisiográficos: América (do Norte, Central e do Sul), Eurásia, África e Oceania. Uma outra linha de regionalização nessa escala enfatizou as grandes CIVILIZAÇÕES e/ou áreas culturais do planeta, priorizando agora não mais o "físico" ou "natural" mas a dimensão sócio-cultural na organização do espaço, geralmente de forma igualmente estanque e isolada, onde cada grande cultura teria a sua área perfeitamente delimitada.

Outros processos de regionalizar tradicionais foram:

- o dos blocos *sócio-políticos* que dividiu o mundo entre socialismo e capitalismo;
- o que associou a esses blocos políticos a base *econômica* moldada na divisão do trabalho entre "norte" e "sul", países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos", identificando assim o Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos.

Essa última regionalização acabou sendo mais consistente, principalmente porque de alguma forma vinculou a ordem política à ordem econômica e não se caracterizou propriamente como uma *divisão*, mas reconheceu também um processo de regionalização por agrupamento, na medida em que muitas vezes exigiu a análise de diferentes Estados-nações para, agrupando-os, identificar as "regiões" do 1º, 2º e 3º Mundos.

Mas hoje essa regionalização perdeu muito o seu sentido por vários motivos:

- 1) a diferenciação e o conflito entre os blocos "socialista" e capitalista praticamente desapareceram com a desintegração dos regimes ditos comunistas e sua integração, ainda em curso (atribulado, é verdade, mas que parece sem volta) ao mundo capitalista. Percebeu-se que o atrito era muito mais político-ideológico do que sócio-econômico, na medida em que "socialismo" e capitalismo partilhavam de vários objetivos e características comuns: a busca de novas tecnologias, a base urbano-industrial da sociedade (por mais que tentassem, os "socialistas" não superaram a divisão do trabalho entre campo e cidade, indústria e agricultura, trabalho manual e intelectual), o sistema burocrático ou tecnocrático-estatal-militarista e a conseqüente desigualdade social que, apesar de menos acentuada, reproduziu nos países "socialistas" privilégios e concentração de poder. Pontos básicos envolvendo a ética do trabalho, a estrutura familiar e a

sexualidade mantiveram-se praticamente os mesmos (ou até mais reacionários e arraigados) do que no "bloco" capitalista.

- 2) a miséria e o empobrecimento, características típicas do chamado Terceiro Mundo se projetam hoje para o interior dos Estados dominantes, principalmente nas "cidades mundiais"³ para onde afluem milhões de migrantes pobres da periferia. Dessa forma ocorre uma verdadeira terceiro-mundialização do 1º Mundo, como se após a invasão e exploração violenta da periferia pelo capitalismo dos países centrais o Terceiro Mundo os estivesse invadindo, mostrando até onde podem chegar as repercussões da pobreza e da desigualdade social. Mas como se trata de uma "invasão" que representa sobretudo uma face benéfica para os capitalistas, com a mão-de-obra extremamente barata e o aumento do mercado consumidor em alguns setores, os graves problemas de segregação econômica e cultural acabam (não se sabe até quando) por ficar em segundo plano.
- 3) a industrialização de países periféricos, iniciada no pós-segunda guerra como consequência da expansão capitalista e do interesse de burguesias nacionais ascendentes, se expandiu com a disponibilidade de crédito para esses países nas décadas de 60 e 70, e ainda que o grave dilema do endividamento externo tenha corrido paralelo, manifestou uma mudança na DIT tradicional que distinguia países exportadores de artigos industrializados e países exportadores de matérias-primas. "O pólo também pode estar na periferia" - mas com as devidas restrições, por exemplo, em relação ao nível de tecnologia que sua indústria domina. Como não se trata entretanto, mais uma vez, de uma via de mão única, hoje se percebe que, apesar de extremamente difícil e sujeito a condições muito especiais, não é impossível que os interesses e a organização de burguesias locais no Terceiro Mundo se fortaleçam a ponto de começarem a competir com países centrais em setores estratégicos (o que não quer dizer, é óbvio, que o capitalismo aí seja "melhorzinho"). É pelo menos o caso da Coreia do Sul, que às custas de uma violenta repressão política e exploração dos trabalhadores conseguiu elevar o padrão de seu desenvolvimento tecnológico e, juntamente com a organização dos trabalhadores e a abertura política nos anos 80, elevar significativamente também a média de renda do operariado. Claro que o país reproduz as velhas táticas do "centro": enquanto o salário do coreano aumenta, suas multinacionais começam a se deslocar

³Para o conceito de cidade mundial capitalista, ver SCHACHAR (1983), in BECKER et al. (org.), (1983).

para outros países do sudeste asiático onde os salários continuam baixos ou mesmo declinando.⁴

A Nova DIT

Essas observações mostram que a própria regionalização do mundo pela *DIT tradicional* (ou horizontal, como a denomina LIPIETZ, (1987) por setores da economia (primário, secundário e terciário) está em parte superada. Se resolvemos adotar a DIT, apesar do economicismo em que ela pode incorrer (ao enfatizar o trabalho, a economia, e ignorar as especificidades do político e do cultural) e de colocar *a priori* o todo, a divisão, como ponto de partida para identificar "regiões", temos de convir que não basta analisar a DIT internacional. A organização de uma *nova DIT*, pautada no nível de domínio tecnológico, chamada por LIPIETZ de DIT vertical, é indiscutível. Já que a indústria se difundiu amplamente (inclusive cooptando o setor agrícola), são muito raras as áreas do planeta que podem ser identificadas hoje como simples fornecedoras de matérias-primas. Daí a importância de se perceber a posição dos Estados conforme a qualificação da força de trabalho e paralelo nível de desenvolvimento tecnológico.

No mundo contemporâneo, é muito importante lembrar, o *poder* (num sentido amplo: político-militar, econômico e cultural) se define cada vez mais pelo domínio da tecnologia e da informação (da mídia) e menos pelo domínio militar, do comércio ou mesmo das finanças internacionais (embora estas ainda continuem decisivas)⁵. Embora todos estes elementos permaneçam intimamente relacionados, sem dúvida dá cada vez mais as cartas no jogo do poder mundial quem controla tecnologias de ponta (daí a ascensão do Japão, aliado a seu poder financeiro) e a informação (daí a permanência do poderio norte-americano, conjugada à sua força político-militar).

Dessa forma, podemos considerar como resultado da nova DIT baseada nos (des)níveis tecnológicos, a seguinte diferenciação entre os Estados:

- aqueles que dominam a engenharia e a tecnologia de ponta, mais avançadas, com mão-de-obra altamente qualificada (os países centrais capitalistas);

⁴Para maiores detalhes sobre o complexo processo de crescimento da Coreia do Sul e dos Tigres Asiáticos ver nosso trabalho: HAESBAERT, 1990.

⁵Na sociedade industrial "o poder se transferiu dos donos de terras aos donos das fábricas. Na sociedade pós-industrial, que começamos a viver, o centro é a idealização de bens não materiais, como a informação, a estética, os símbolos, que são sobretudo veículos de idéias" (sociólogo DOMENICO de MASI em *Veja*, 28.11.90, p. 5).

- aqueles em que predominam atividades produtivas padronizadas, como a fabricação qualificada que exige um nível intermediário de qualificação profissional;
- aqueles onde domina a produção voltada basicamente para as etapas de execução e montagem de produtos, exigindo pouca ou nenhuma qualificação técnica da força de trabalho (caso da economia na maioria dos países periféricos).

Nessa nova DIT é fundamental, portanto, a qualificação técnica e, por consequência, a capacidade de produzir/de pensar/de criar novas tecnologias. Decorre disso a importância adquirida por aquilo que alguns autores já denominam "capital pensante", gerando uma nova forma de exploração visível na "fuga de cérebros" dos países mais pobres para os mais ricos. O caso do Leste europeu é um dos mais evidentes, pois fundações norte-americanas financiam pesquisas (numa área com pesquisadores mal remunerados mas não raro de alta qualificação) com a garantia de se apropriarem de todos os resultados alcançados. Outra área que cresce em importância é o setor de serviços (onde se incluem atividades ligadas ao domínio tecnológico, como assistência técnica, construção civil, telecomunicações, etc), cujas exportações mobilizaram 680 bilhões de dólares em 1987.

Blocos Internacionais de Poder

Se a DIT, ainda que dê conta de uma perspectiva econômica do espaço social, é limitada e apriorística, que conceito mais consistente podemos sugerir para apreender a dinâmica de ordenação do espaço mundial? Minha proposta, detalhada em outro trabalho (HAESBAERT, 1990), envolve fundamentalmente a concepção de bloco internacional de poder. No meu ponto de vista, comparando-a com a noção de divisão internacional do trabalho:

1. "Poder" compreende uma visão mais abrangente do que "trabalho", pois não se refere de modo tão enfático a uma única dimensão da realidade: poder não é só político-militar, é também econômico e ideológico-cultural, enquanto o trabalho tem uma conotação mais estritamente ligada a uma dimensão, a econômica.
2. "Bloco", apesar de passar a idéia de uma coesão interna acentuada (pois lembra algo monolítico, bem definido, o que nunca acontece a nível internacional), parece-me uma concepção mais *dialética* do que a de divisão, pois não implica *a priori* um processo de análise (dedutivo, do todo para a parte) ou indutivo (da parte para o todo).

Se considerarmos os Estados-nações como unidades mínimas de referência para o reconhecimento dos blocos internacionais de poder, vendo

estes, no mínimo, como uma reunião de Estados relativamente coesa, teremos que seu processo de formação pode se dar de dois modos:

- pela conjugação relativamente igualitária de interesses de dois ou mais Estados, lembrando o que chamei antes de regionalização por agrupamento. Pode ser este o caso da formação de alguns blocos econômicos como os acordos Brasil-Argentina que desencadearam o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e a união do BENELUX europeu.
- pela imposição de interesses a partir de um Estado hegemônico que tenta "dividir" sua área de influência em função de uma estratégia político-econômica própria. Um exemplo é a recente formação do que chamei de bloco oriental de poder, capitaneado pelo Japão (mas hoje também com um poder crescente de países como Coréia do Sul e Austrália).

Os blocos de poder podem surgir, portanto, por meio de relações de poder profundamente assimétricas, como numa divisão imposta do centro, ou, o que é mais raro, por relações mais simétricas, que resultem em agrupamentos de Estados (ou corporações) que mantêm certa igualdade de decisão. Na verdade o que com mais frequência se verifica é uma dinâmica dialeticamente articulada nos dois sentidos. No caso da unificação européia proposta pela Comunidade Econômica Européia (CEE), por exemplo, temos tanto uma formação de bloco por agrupamento, no que se refere a seus países centrais (especialmente Alemanha, França, Itália e Inglaterra, embora hoje com crescentes vantagens para o primeiro), quanto por divisão - a divisão do trabalho imposta para países como Portugal e Grécia, que fez com que eles ingressassem no bloco da Comunidade Européia em situação de extrema desigualdade, em grande parte subjugados às decisões tomadas pelas grandes empresas dos países centrais europeus, mesmo antes de seu ingresso. Por mais que a CEE tente "desenvolver" sua periferia pobre, dentro de um mesmo bloco sócio-político de países, essa "divisão" de poder, por já estar tão impregnada e ser parte intrínseca da reprodução capitalista, dificilmente será alterada.

Podemos então concordar com BOBBIO (1986), quando ele se refere a blocos (políticos, é verdade) como uma associação de Estados distintos, "normalmente próximos geograficamente ou afins culturalmente", que têm suas raízes na idéia de aliança, sem vínculos formais (mas que hoje são cada vez mais comuns) e caracterizados por uma estrutura hierárquica onde a integração é assegurada pela "colaboração econômica e a proteção militar". A ênfase do autor - que é um cientista político - à dimensão política dos blocos de poder leva-o a destacar o "inimigo comum" frente ao qual o bloco se estrutura. Isso era muito claro na ordem internacional do pós-guerra que

instituiu os blocos "socialista" e capitalista. Hoje o "inimigo" é definido mais sutilmente, e muito mais pela competição econômica do que pela disputa ideológica ou por uma corrida armamentista, como ocorria entre EUA e URSS.⁶

A dimensão econômica torna-se portanto de grande importância na definição contemporânea dos blocos de poder. Não é à-toa que proliferam cada vez mais os blocos econômicos onde um capitalismo mundializado busca se estruturar em termos de uma nova partilha e resguardo de mercados. Aí, sem dúvida, há o embrião de uma *nova ordem*, de uma nova divisão de papéis econômicos e, de forma menos visível, de papéis políticos, pelo menos no que se refere aos centros do poder mundial.

FASES DO CAPITALISMO E NOVA (DES)ORDEM MUNDIAL

Uma nova ordem internacional se articula a uma nova divisão internacional do trabalho, a nível da reestruturação econômica, e a uma recomposição dos blocos internacionais de poder. A crise vivenciada nas últimas décadas parece delinear mudanças na DIT e nos blocos de poder à escala mundial. Mas, como já enfatizamos, é um movimento que ainda não está definido, pois o velho está desaparecendo e o novo ainda não se manifesta com clareza.

Na definição de nova ordem mundial os estudiosos geralmente se reportam à tese dos ciclos ou fases da reprodução/acumulação capitalista. Ernest Mandel, um dos teóricos de esquerda que melhor discutiu essa questão, afirma que "o andamento cíclico do modo de produção capitalista ocasionado pela concorrência manifesta-se pela expansão e contração sucessivas da produção de mercadorias, e conseqüentemente da produção de mais-valia. Corresponde a isso um movimento cíclico adicional de expansão e contração na realização de mais-valia e na acumulação de capital" que deriva "das leis internas do modo de produção capitalista", o que torna inevitáveis suas oscilações conjunturais (MANDEL, 1982, 75).

O que diferencia essas macro-fases do capitalismo, associadas aos distintos ritmos de acumulação e exploração, são - do ponto de vista econômico - as transformações nos métodos de produção (as *novas tecnologias*), nas formas de apropriação (diferentes graus de intervenção do Estado na economia, por exemplo) e a conformação de uma nova divisão internacional do trabalho cuja espacialidade pode nos revelar muito de sua

⁶O que não impede que a única superpotência atual, os EUA, invente novos inimigos, como os "ditadores" e a "droga", novas/velhas justificativas para o intervencionismo militar no Terceiro Mundo.

complexidade (especialmente no que se refere ao poder de transformação das novas tecnologias e das novas formas de intervenção/planejamento estatal ou global, das grandes corporações).

Considerando a grande polêmica que envolve a teoria dos ciclos (MANDEL prefere "ondas") do capitalismo, fundamentada principalmente no trabalho de KONDRATIEFF (anos 20), podemos tomar por referência a periodização mais simples apresentada por HARRIS (in BOTTOMORE, 1988⁷) e que distingue três grandes etapas do capitalismo: o capitalismo concorrencial, o capitalismo monopolista e o capitalismo monopolista de Estado (para alguns os dois últimos constituem o imperialismo).

SOJA (1983) se reporta a MANDEL para detalhar um pouco mais esses períodos, identificando assim as seguintes "ondas longas" ou fases de acumulação:

1776-89 a 1848 - período formador;

1848 a 1893 (com auge em 1873) - capitalismo empresarial ou concorrencial industrial;

1893 a 1940/45 (com auge em 1913) - capitalismo monopolista e imperialista;

1940/45 a ... (com auge entre 1966/70) - capitalismo tardio (na periodização anterior: capitalismo monopolista de Estado).

Obviamente que essa última etapa é a mais complexa e difícil de ser definida, principalmente pelo fato de que as crises econômico-políticas dos anos 70 e 80 marcaram grandes transformações sócio-geográficas que somente o final do século poderá manifestar de modo seguro.⁸

Alguns autores como LIPIETZ (1987) e HARVEY (1990) denominam o período econômico pós-Segunda Guerra de "fordista", em alusão à acumulação baseada na intensificação do consumo e da produtividade (via "métodos fordistas" de trabalho) e na regulação monopolista, centralizadora. Nessa linha de interpretação a crise atual manifestaria o ingresso numa fase que, ainda mal delineada, recebe o nome (provisório) de pós-fordista ou de economia flexível. Reelaborando um quadro proposto por HARVEY (1990:340) onde ele associa a modernidade e a pós-modernidade ao fordismo e à acumulação flexível, temos as seguintes características:

⁷Ver verbetes: "periodização do capitalismo", "capitalismo monopolista" (e "monopolista de Estado), todos de L. HARRIS in BOTTOMORE (1988).

⁸Sobre as características sócio-políticas gerais da "nova ordem" do pós-guerra, ver MICHELENA (1977) e, de modo mais sintético, PONTES (1980).

<i>Fordismo</i>	<i>Pós-fordismo</i> (termo de LIPIETZ)
economias de escala	economias de raio ou de campo
hierarquia/homogeneidade	anarquia/diversidade
capital monopolista	empresarismo
capital produtivo/universalismo	capital fictício/localismo
poder estatal/sindicatos	poder financeiro/individualismo
metropolização	contra-urbanização
"state-welfarism"	neo-conservadorismo
(Estado do bem-estar social)	
produção/autoridade	reprodução/ecletismo
centralização/barganha coletiva	descentralização/contratos locais
gerência operacional	gerência estratégica
trabalhador especializado	trabalhador flexível
produção em massa/ /política de classe	produção em pequena série/ /movimentos sociais
indústria	serviços
reprodução mecânica	reprodução eletrônica
regulação	desregulação
intervencionismo estatal	neo-liberalismo

HARVEY esclarece enfaticamente que essas duas *tendências* aparentemente dicotômicas se interpenetram no capitalismo contemporâneo e muitas são as nuances de acordo com a região observada. Não resta dúvida que se trata de mais uma interpretação da *sociedade-mundo* que tenta se estabelecer pela *globalização* do poder neste final de século.

Para não enfatizar apenas a dimensão econômica das transformações sociais em termos de ciclos, ondas ou, o que considero mais apropriado, fases, é importante perceber que também há uma visão político-militar dessas mudanças, referida igualmente a uma "teoria dos ciclos", mas dos ciclos de guerras. Segundo os cientistas políticos que defendem essa tese, a guerra, através da indústria bélica que a mantém, seria o grande dínamo das inovações tecnológicas, o estímulo maior para alcançar novas tecnologias. Quincy WRIGHT propôs em 1942 a tese de que a cada 50 anos a era moderna enfrenta um grande conflito, mais ou menos de acordo com os períodos cíclicos da economia identificados anteriormente por KONDRATIEFF. "A nova ordem territorial estabelecida no final de cada (grande) guerra reflete", segundo KENNEDY, "a redistribuição de poder ocorrida no sistema internacional" (1989:510).

Sem cair no reducionismo do econômico ou do político-militar, muito menos no mecanicismo de ciclos perfeitamente estruturados, é impossível

descartar o fato de que a crise atual é uma crise de mudanças mais profundas na "ordem" internacional. A questão é perceber quando a *nova* ordem terá com clareza substituído a antiga e quais são suas características realmente inovadoras.

HARVEY e LIPIETZ nos dão algumas indicações muito importantes sobre as transformações no nível econômico, que é com certeza aquele em que as mudanças têm sido de maior amplitude - basta ver o peso das economias nacionais dos quatro grandes centros econômicos após a Segunda Guerra:

Porcentagem do Produto Global

	1960	1990
EUA	33	25
URSS	15	13
Japão	3	13
CEE (12 países)	21	23

Fonte: WILKINSON (1990:4).

Dois fatos vêm logo à tona: o espetacular avanço da economia japonesa, que passa de apenas 10% da economia norte-americana para mais de 50%, e a perda de poder econômico dos dois Estados economicamente mais fortalecidos em 1960: os EUA e a União Soviética.

Mas aí poder-se-ia argumentar que, política e militarmente, as duas grandes potências continuam líderes incontestes, e que o projeto de hegemonia de uma delas - os Estados Unidos - acabou se concretizando ao ponto de a incrível mobilização e a tecnologia bélica apresentadas durante a Guerra do Golfo terem demonstrado que só há na verdade *uma* superpotência. A crise soviética, envolvendo a fragmentação interna e um polêmico programa de reconversão militar, só faz fortalecer essa posição dos EUA.

A crescente globalização econômica e essa aparente direção rumo a um mundo economicamente tripolar e militarmente unicentralizado que voltarei a comentar adiante ao fazer referência aos novos blocos de poder, não impedem que se manifestem também "n" outros indicadores representativos de *desordem* que, ao invés de promoverem uma nova ordenação político-econômica, atuam - positiva ou negativamente para a fragmentação, a

instabilidade e/ou a diferenciação. Não é à-toa que um dos movimentos mais marcantes da década de 80, o pós-modernismo, reconhece na singularização e na heterogeneidade a marca da "nova era".

Aspectos culturais como o refortalecimento da tradição religiosa (e o concomitante ressurgir dos dogmas fundamentalistas), a retomada das identidades étnicas (com a paralela emergência do racismo) e regionais/nacionalistas (com os movimentos seccionistas que os acompanham) trazem à tona velhos dilemas aparentemente submersos pelo conflito hegemônico da Guerra Fria, que polarizou o debate ideológico em torno do embate capitalismo x socialismo.

O sociólogo egípcio Saad IBRAHIM afirma que provavelmente uma das grandes lições deste século foi que "a ideologia não pôde substituir os interesses ou o peso da geografia", fazendo alusão às identidades culturais - étnicas, nacionais e religiosas - que possuem quase sempre uma base espacial, um referencial geográfico que as legitima e fortalece (vide "cidades santas" do Islã ou os bantustões impostos aos negros sul-africanos). "O grande desafio é conciliar as duas tendências" concomitantes, a "provincialização e a internacionalização do planeta", e não tentar detê-las, o que seria impossível".

Numa época de crise e insegurança, muitos grupos reagem frente à fragmentação e ao esquecimento apelando para suas "raízes históricas" e sua territorialidade (cultural, política e geográfica) usurpada, não raro em movimentos ultra-conservadores e reacionários. É como se os feitos mais decantados da modernidade, como o Estado laico, a sociedade de consumo e a democracia liberal (inclusive em sua perspectiva racial e religiosa) estivessem sendo colocados em xeque, numa prova irrefutável de que nunca foram de fato universalizados e/ou jamais atenderão às aspirações de uma expressiva parcela da humanidade. Assim, também no âmbito cultural a "nova" ordem tem muito de velha, conservadora e discricionária. O que não significa que muitos desses movimentos, ao defenderem o respeito às diferenças (vide os movimentos feminista e ecológico), não representem resistências/conquistas altamente positivas num mundo cada vez mais homogêneo, totalizante e culturalmente opressor.

NOVA GEOGRAFIA MUNDIAL/NOVOS BLOCOS DE PODER

Se a velha ordem ainda está viva, com os Estados Unidos ditando pela força o seu imperialismo, nem por isso a crise deixa de ser evidente,

Jornal do Brasil, 13.01.91 (em reportagem do *Los Angeles Times*: "Nacionalismo, etnias e religião ameaçam o Estado moderno").

manifestando um período de intensas mudanças dentro, é claro, da estrutura desigual e exploradora do sistema mundial capitalista. Com isso se desenha aos poucos (ou rapidamente, como no caso do Leste europeu) uma nova geografia, uma nova espacialização do poder em suas múltiplas esferas: político-militar, cultural-ideológica e, principalmente, econômica.

Apesar do acelerado grau de imprevisibilidade e complexidade que marca as relações internacionais contemporâneas, algumas indicações já são possíveis no reconhecimento dos novos blocos de poder que estão se delineando. Se a antiga bipolarização EUA-URSS foi desfeita, em benefício dos primeiros, isso não significa que o "polícia" do mundo seja a grande estrela, isolada e onipotente. Bem que reacionários como o norte-americano Francis FUKUYAMA, autor da tese do "fim da história" (pela vitória definitiva do "liberalismo" capitalista), gostariam de impor um órgão para "policiar" o mundo-subordinado, desnecessário afirmar, aos interesses dos Estados Unidos.¹⁰

Como polícia incontestada e isolada do mundo ou não, o poderio norte-americano se torna relativo na medida em que sua economia perde peso frente à ascensão do Japão e da CEE. Como disse um jornalista americano, "o polícia do mundo está batendo às portas dos comerciantes" - como ocorreu na Guerra do Golfo com o auxílio financeiro solicitado e recebido do Japão e da Alemanha. A URSS, que apesar de tudo ainda detém um poder bélico impressionante, embora dificilmente mobilizável num momento de crise interna como o atual, ainda compõe ao lado dos EUA uma "combinação interestatal não negligenciável no que diz respeito à "segurança" internacional. Seu apoio ao Ocidente no conflito do Golfo, mesmo restrito a um caráter formal, foi decisivo para estabelecer uma correlação de forças profundamente desigual, em favor dos EUA. Quer dizer, a segurança do mundo ainda dependerá muito do que venha a ocorrer nas relações entre as duas antigas superpotências. A possibilidade de endurecimento do regime soviético, voltando à retórica da Guerra Fria, é real, como ficou explícito em declarações de militares após o massacre imposto pelos EUA aos iraquianos.

Se os EUA em recessão econômica têm seu "bloco político-militar" pela primeira vez mundializado (ainda que mais dependente de ajuda econômica de seus aliados), a União Soviética - envolvida em seríssimos conflitos internos - não pode sequer ser tomada, hoje, como núcleo isolado de um bloco internacional de poder. Não só porque seus aliados rapidamente se afastam (ou são afastados), ao ponto de Estados como a Polônia, a Tchecoslováquia e a Hungria pedirem a "proteção" da OTAN, mas também

(Foi o que esse economista propôs em recente entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* (2.3.91) ao se referir a um novo papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no cenário pós-Guerra Fria).

porque o próprio Gorbachev tem como projeto explícito a inserção da URSS naquilo que ele denomina "casa comum européia". A ajuda financeira recebida da Alemanha e o estreitamento dos laços Berlim-Moscú mostram o grau das transformações econômicas e políticas nessa região do planeta.

Embora sujeita a retrocessos, há uma forte tendência para a consolidação de um "bloco europeu" capitaneado pelo eixo Rússia-Alemanha, com extensão para os demais centros da atual CEE: França, Itália e Inglaterra. A antiga Europa Oriental poderá ser uma "primeira periferia" desse bloco, cujo peso dependerá do modo como irá atravessar sua atual crise político-econômica. Já a África, especialmente o Maghreb, que estrutura seu mercado comum, e os países definidos como prioritários no comércio com a CEE pela Convenção de Lomé, será uma espécie de periferia secundária, miserável e muito subjugada aos interesses de suas antigas metrópoles.

No sentido político-militar, embora ainda atrelado aos EUA via OTAN, esse bloco europeu em formação busca sua unidade e relativa autonomia, tentando fortalecer organismos como o Conselho de Segurança e Cooperação Europeu (CSCE). A Guerra do Golfo, contudo, mostrou o quanto a Europa ou, mais especificamente, os países da Comunidade Econômica Européia, que deveriam articular uma política externa comum, ainda se encontram extremamente divididos, cada um definindo ao seu modo a participação no conflito.

Economicamente os Estados Unidos buscam aprofundar seus laços com a América Latina, o velho quintal que é hoje a única área onde seu domínio econômico, apesar do avanço japonês, continua inabalável. A "Iniciativa para as Américas" de George Bush para a formação de um grande mercado comum americano revive a doutrina Monroe da "América para os americanos" e mostra o quanto a elite norte-americana é "criativa" em momentos de crise. Ao lado desse mercado comum (que já cooptou o Canadá e, em menor escala, o México) surge a nova ideologia que legitima a intervenção militar: o Exército americano invadindo o Panamá para "viabilizar a democracia" ou enviando tropas de "instrutores" à Bolívia para "combater o narcotráfico". Enquanto isso os juros da dívida externa continuam fazendo definhir a economia latino-americana e a não-transferência de tecnologia para o Terceiro Mundo encontra uma nova justificativa: é preciso evitar que surjam novas potências bélicas regionais (como o Iraque), o que pode ocorrer se todos dispuserem de tecnologias de ponta.

No Oriente, por fim, o Japão tenta rapidamente articular seu próprio bloco, alicerçado muito mais no poder econômico do que político-militar, que ainda é assegurado na maior parte pelos Estados Unidos. A recente retirada de contingentes militares dos EUA da região e o aumento expressivo dos gastos militares japoneses na área refletem bem a tendência das transfor-

mações na "ordem" política regional. A China, com seu imenso mercado e seu exército que é o mais numeroso do planeta, é o maior entrave para a hegemonia japonesa no Oriente. Ainda assim, através das ZEEs (zonas econômicas especiais) abertas ao capital estrangeiro, o Japão já se tornou o principal investidor estrangeiro em território chinês.

Dois periferias do Japão começam a se delinear no Oriente, moldadas fundamentalmente pela divisão internacional do trabalho ali verificada¹¹: uma primeira periferia, mais privilegiada, composta pelos quatro tigres asiáticos, de crescimento mais recente e mais atrelados à economia japonesa, e o conjunto Austrália-Nova Zelândia, culturalmente diverso mas cada vez mais vinculado pelos laços econômicos ao Japão e ao sudeste da Ásia; uma periferia secundária, heterogênea mas com iniciativas de integração já em prática (via ANASE - Associação das Nações do Sudeste da Ásia, inicialmente vinculada aos interesses geopolíticos dos EUA na região) e com a emergência de novos países industrializados como a Tailândia e a Malásia.

Nesse novo jogo de poder as áreas mais disputadas, instáveis e/ou dificilmente delimitáveis em termos de bloco de poder se situam na faixa que vai da Índia ao Oriente Médio, onde a presença do petróleo e inúmeras áreas de conflito (Sri Lanka, Punjab, Cachemira, Afeganistão, Curdistão, Líbano, Palestina e Armênia, para citar só os principais) demonstram a importância estratégica e o grau de instabilidade e heterogeneidade (cultural e política) da região.

Todas essas aparentes certezas na definição dos novos blocos de poder, sintetizadas no mapa a seguir, são entretanto questionadas não só pela generalização dos conceitos utilizados (centro e periferia, por exemplo) mas também pela relatividade dos blocos. Zaki LAIDI (1980) propõe no lugar de um mundo multipolar (ou dividido entre vários blocos, como proponho) uma série de *combinações interestatais*, das quais destaca, no Norte:

- a combinação soviético-americana, ainda relevante no que diz respeito à segurança mundial e regional;
- a combinação interestatal européia, talvez a mais consolidada em termos econômicos, com grande peso como maior bloco comercial do planeta;
- a combinação nipo-americana, hoje a de maior competição econômica, com grande importância nos setores comercial (o Pacífico tem hoje movimento comercial superior ao do Atlântico), financeiro e da segurança regional da Ásia;

¹¹Maiores detalhes, ver HAESBAERT, 1990, espec. p. 64-67 e 74-76.

- a combinação triangular EUA-Japão-CEE, o grande núcleo tripartite do poder econômico mundial;
- a combinação quadrilateral EUA-Japão-CEE-URSS, cada vez mais problemática no que tange ao papel da União Soviética.

ENTRE A VELHA-NOVA ORDEM E A "NOVA ERA": O SENTIDO DA CRISE

Para muitos autores uma ordem (fundamentalmente econômica) internacional realmente nova ("NOEI") só irá se estabelecer com a ruptura da dependência Norte-Sul, entre mundo "desenvolvido" e "subdesenvolvido"¹². Sem ignorar a simplificação que implica o tratamento das relações internacionais em termos de hemisférios (NxS, LxO), é imprescindível atentar para um fato: com o fim da Guerra Fria (ou ao que se presume seja o seu fim), da disputa declarada e da corrida armamentista num mundo bipolarizado, a grande questão que finalmente parece se colocar em sua verdadeira importância é a da relação de poder que liga (e/ou separa) ricos pobres, dominantes e dominados, geograficamente esquematizada pelas relações Norte x Sul.

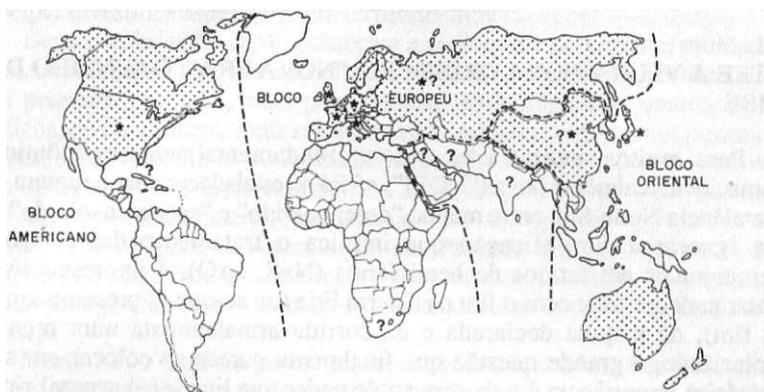
Nesse sentido a NOVA ORDEM mundial não tem realmente nada de novo, aguçando as desigualdades e a exploração¹³. Com os olhos voltados para três áreas-chave: o Leste europeu, o Oriente Médio (em particular para a reconstrução do Kuwait) e o Sudeste da Ásia, e diante de um crescimento nada alentador previsto para as economias européias e norte-americanas, os próprios banqueiros parecem ter muito pouco a dizer (a não ser continuar clamando pelo pagamento da dívida) para as três regiões mais pobres e marginalizadas do planeta: a América Latina, a África e a região em torno da Índia e do Paquistão.

Veja os seguintes gráficos, divulgados pelo jornal *Folha de São Paulo* (28.03.91) com base no *Atlas dos Bancos Internacionais* do Instituto de Pesquisas Econômicas de Munique:

¹²A propósito das diversas linhas de interpretação e propostas concretas para criar uma NOEI a partir do Terceiro Mundo, ver SID-AHMED, 1985.

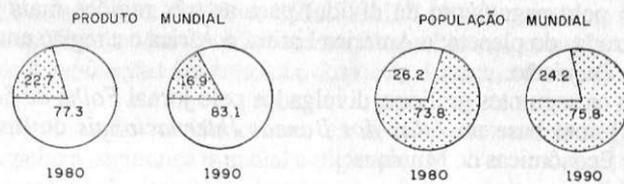
¹³ Até mesmo um autor liberal como GALBRAITH admite que "difícilmente estamos avançando na criação de uma 'nova ordem' mundial. Se isso acontecer, a 'nova ordem' deve ser fundamentada numa política mais forte de apoio aos países pobres" (*Folha de São Paulo*. 24.03.91).

OS NOVOS BLOCOS INTERNACIONAIS DE PODER
(uma proposta)



LEGENDA:

- Limite aproximado dos blocos
- ▤ Estados-núcleo ou centrais (*) e suas periferias imediatas ou principais
- ? Estado: mais problemáticos na definição dos blocos



Países: □ "desenvolvidos" ▤ "subdesenvolvidos"

Ricardo - USP/91

Ricardo - USP/91

Quase a metade do produto mundial, proporcionado pelos três grandes pólos - EUA, Japão e Alemanha, divide-se apenas entre 8,4% da população do planeta. Essa crescente desigualdade mostra que, se há de fato uma *nova* ordem ela se reduz mais uma vez a um rearranjo entre os centros de poder, e é muito melhor visualizada geograficamente no âmbito das relações "norte-norte" do que no das relações "norte-sul", onde está o laço aparentemente *imexível* das relações de (interdependência globais. Simplificando um pouco é possível afirmar que a nova ordem internacional que se consolida não coloca em xeque a hegemonia do desenvolvimento desigual capitalista mas a amplia, concretizando um velho projeto da Comissão Trilateral¹, que já em 1973 propunha um mundo "tripolar" onde o poder se distribuisse entre os EUA, a CEE e o Japão.

Segundo SHOUP e MINTER (in ASSMANN et al., 1986 - original de 1978), "o Conselho de Relações Exteriores dos Estados Unidos foi a organização que planejou a ordem global vigente desde a Segunda Guerra Mundial". Hoje (1978!) "com uma nova crise... o Conselho procura encontrar um novo sistema econômico e político que substitua a velha ordem". Moldou-se para tanto o "Projeto do Conselho para a Década de 80", onde além do Conselho foi elemento decisivo a Comissão Trilateral, formada um ano antes de sua elaboração. "A chave" da primeira publicação do Projeto é "uma economia política onde a função de timoneiro é partilhada entre os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão. Dentro dessa nova ordem e a longo prazo também viriam se juntar a União Soviética, a Europa Oriental e o Terceiro Mundo, formando assim uma só economia, cujo 'timão' estará nas mãos do mundo trilateral" (op. cit., p. 47). A perestroika, por outro lado, acabou auxiliando a consecução do projeto. Planejamento pré-concebido e transformações inesperadas resultaram bem ou mal, na atual "trilateralidade" do poder internacional.

Os embates recentes - principalmente a nível comercial - entre EUA, CEE e Japão, via GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e o Comércio), fazem parte de um momento de crise em que a competição dita interimperialista se acirra. Mas, como já dizia Marx, no momento em que a situação melhora "a competição promove a fraternidade funcional da classe capitalista".

Simplificações à parte, a verdade é que a crise contemporânea ultrapassa o campo concreto dos embates econômico-políticos e se alastra, já há bastante tempo, pela esfera das idéias e concepções de mundo onde, afinal, são gerados os pressupostos mínimos para a transformação ou, pelo menos, são moldados resgates culturais ou gestadas novas utopias, necessários para

¹Organização internacional formada em 1973 por grandes banqueiros, empresários e políticos dos EUA, Japão e Europa (ver ASSMANN et al., 1986).

impulsionar resistências e/ou para promover a mobilização em direção ao novo.

Se a tendência de que a *mesmice* capitalista vai continuar (ou mesmo se acentuar) parece inquestionável, não podemos deixar que morra, com a crise, o nosso desejo e a nossa capacidade de projetar um mundo mais justo e, no limite do possível, que rompa com a exploração intrínseca à (des)ordem vigente - a não ser que pensemos como os velhos revolucionários que consideravam seus atos "desinteressados demais" para que "se rebaixassem a considerar a utilidade, os resultados ou os limites da revolução", deixando os "critérios da eficácia" revolucionária (numa contradição evidente) apenas para os que não fazem a revolução (R. DEBRAY, apud NOVE, 1989:32).

Sendo assim, não será nada estranho encerrar estas linhas com um pouco de utopia, quem sabe num embrião inspirador para futuros trabalhos mais práticos, engajados no projeto de uma ORDEM realmente nova. Recorrerei a dois autores que vêm, em meio a toda essa opressiva e ampliada "nova ordem" capitalista, algumas brechas para o novo. Enquanto um, Felix GUATTARI, tenta por vezes nos fazer acreditar em uma série de "revoluções moleculares" vindas da singularização que marcaria este final de século, outro, Fritjof CAPRA, encontra na crise atual indícios claros de uma decadência não propriamente do capitalismo mas de toda a civilização cristã-ocidental ou, num outro termo mais em voga, da "modernidade".

Como não são poucos os estudiosos que acreditam e tentam a todo custo provar que estamos numa transição entre uma sociedade racional, tecno-científica e homogeneizadora, "moderna", e uma sociedade mais intuitiva e solidária, diferenciadora, "pós-moderna", não será nem um pouco absurdo refletirmos sobre os sonhos (?) de um GUATTARI ou de um CAPRA, que admitem que a crise atual vai mais além da imposição de uma "nova-velha ordem" capitalista, colocando sob ameaça pela primeira vez na história a própria existência do homem e da vida sobre o planeta.

CAPRA (1982) reconhece a confluência atual de três grandes transições: o declínio do patriarcado (com o movimento feminista, por exemplo), o declínio da era do combustível fóssil (que estará esgotado por volta de 2300 mas que já começou a afetar a sociedade) e a mudança de valores culturais ou de paradigma (uma revisão profunda do "método científico" como única abordagem válida do conhecimento e superação da dicotomia que o moldou, entre materialismo e idealismo).

Sintetizando, podemos dizer que as abordagens de GUATTARI e CAPRA se distinguem por dois grandes caminhos:

- a. aquele que enaltece as diferenças/singularidades, enfatizando as individualidades na livre manifestação de suas múltiplas concepções de vida e de sociedade (caso de Felix GUATTARI);

- b. aquele que assume a perspectiva holística/da "totalidade" perdida, priorizando o todo ou "a unidade no diverso" para onde convergiam, no final, todas as diferenças e dimensões, incluindo aí a dimensão espiritual (caso de Fritjof CAPRA).

Num ponto muito importante, contudo, os dois autores concordam: enquanto para CAPRA a "nova era" deve retomar uma visão sistêmica, *holística*, da existência, reunindo ao mesmo tempo a "saúde" (num sentido amplo) psíquica, social e ecológica, para GUATTARI a superação da crise passa por uma "retomada ecosófica" conjunta dos "três registros ecológicos" - o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade (ou as relações humanas com o *socius*, a *psique* e a "natureza").

As divergências são mais agudas no que se refere às dimensões da crise, à dramaticidade do conflito. CAPRA considera que "embora no passado o conflito e a luta tenham ocasionado importantes progressos sociais e constituem, com frequência, uma parte essencial da dinâmica de mudança, isso não significa (como propõem os marxistas) que sejam a fonte dessa dinâmica" (op. cit., p. 32). Enquanto nessa visão o conflito é minimizado e a "evolução espiritual" é incluída como ingrediente da transformação, na ótica de GUATTARI até mesmo uma "implosão bárbara" (que CAPRA jamais sugere) é possível, tendo em vista a gravidade dos fanatismos e a exploração dos trabalhadores, das crianças e das mulheres.

Embora não chegue ao ponto de propor uma revolução violenta para a mudança, GUATTARI se refere a uma "autêntica revolução" ao falar da reorientação necessária a nível político, social e cultural, atingindo "desde a escala global até os domínios moleculares da sensibilidade, da inteligência e do desejo". Para esse autor o próprio conflito, o dissenso, é um constituinte indissociável do *socius*, e como tal participa ativamente da "liberdade criadora" que é preciso defender.

Partindo da transformação holística de CAPRA, da "revolução subjetiva" de GUATTARI ou seja de que idéia for, o importante é encontrar/propor/PRA-TICAR saídas para a crise (contanto que não caiam no misticismo e no fatalismo de uma "nova era" definida por Aquarius...). Saídas que não passam pelo mecanicismo de posições dogmáticas e exclusivistas como a que marcou os anos 80 e que distinguia "moderno" como controle, ordem, (re)produção e "pós-moderno" como liberdade, desordem, criação. Se a nova ordem continua muito mais com o conteúdo da velha, por mais opressiva e totalizadora que permaneça ela não pode nos impedir de continuar pensando, discutindo e, sobretudo, *vivendo* cotidianamente o mínimo de resistência que nos é possível fazer.

É a partir de nossa visão de mundo - que deve ser única e universal, distinta e solidária ao mesmo tempo, conjugando nossa razão e nossa

sensibilidade, que poderemos, ainda que no restrito círculo de nossa escala cotidiana, estabelecer exemplos/embriões para a construção de novos territórios, novas "ordens" que, por terem a desordem como parte indissociável delas mesmas, abrem a possibilidade de ampliar/renovar constantemente o horizonte das conquistas humanas. Já se foi o tempo em que, por falta de um projeto global (pelo qual temos que continuar lutando), de uma NOVA ORDEM para "mudar o mundo", recusávamo-nos a pensar nas relações com nossos vizinhos. Pelo menos já percebemos que a NOVA ORDEM *também* começa por aí.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, H. et al. *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis, Vozes. 3ª ed. , 1986
- BECKER, B. (org.) *Abordagens Políticas da Espacialidade* - Rio de Janeiro - UFRJ, 1983.
- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*. Brasília, Ed. da UnB. 2ª edição, 1988.
- BOTTOMORE, T. (ed.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- GUATTARI, F. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- *Ar três ecologias* - Campinas, Papiros, 1990.
- HAESBAERT, R. *RS: Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- *Blocos Internacionais de Poder*. S. Paulo, Contexto, 1990.
- HARVEY, D. *The condition of Postmodernity*. Oxford, Basil Blackwell, 1990.
- KENNEDY, P. *Ascensão e Queda das Grandes Potências* - Rio de Janeiro - Campus, 1989.
- LAIDI, Z. "Quadrilátero do Norte" domina a geopolítica. in: *A nova desordem mundial*. Folha de S. Paulo, 20.12.90, p. 23 (especial), 1990.
- LIPIETZ, A. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo, Nobel, 1987.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MICHELENA, J. *Crise no sistema mundial: política e blocos de poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- NOVE, A. *A economia do socialismo possível*. S. Paulo, Ática, 1989.
- PONTES, B. "A nova ordem internacional no segundo pós-guerra" In: *Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos*. Rio de Janeiro, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980.
- SANTOS, M. "Espaço e capital: o meio técnico-científico". In: *Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos*. Rio de Janeiro, AGB, 1980.
- SCHACHAR, A. "A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global". In: Becker, B. et al (org.) *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.
- SID-AHMED, A. *Norte-Sur: los grandes desafíos - teoría y práctica del Nuevo Orden Económico Internacional*. México, Fondo de Cultura económica, 1985.
- SOJA, E. "Uma interpretação materialista da espacialidade". In: Becker, B. et al. (org.) *Abordagens Políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.
- WILKINSON, E. *Japan versus the West: image and reality*. Londres, Penguin Books, 1990.
- Vários artigos de jornais (*Folha de São Paulo, Jornal do Brasil*) e revistas. Veja também são citados ao longo do texto.

RESUMO

Baseado na discussão sobre os novos blocos internacionais de poder, este artigo questiona a chamada nova ordem internacional (que estaria em formação) e o sentido da crise que ela envolve. Os novos blocos internacionais de poder emergentes são identificados por meio de métodos renovados de regionalização e a "nova" ordem é avaliada frente a distintas interpretações da atual crise mundial.

ABSTRACT

Based on the discussion about the new international power blocks, this paper questions the so called new international order (said under construction) and the meaning of the crisis that it involves. The new emerging international power blocks are identified by means of renovated methods of regionalization and the "new" order is evaluated against distinct interpretations of the present world crisis.

Palavras-chave: nova ordem internacional - blocos internacionais de poder - divisão do trabalho - regionalização - crise

Key words: new international order - international power blocks - work division - regionalization - crisis